

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2005, de 24 de junho, veio impor a convergência dos diversos subsistemas de saúde públicos com o regime geral da assistência na doença aos servidores civis do Estado, efetuada no âmbito da Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

O presente diploma unifica a assistência na doença aos militares das Forças Armadas, até agora efetuada por três subsistemas de saúde específicos de cada um dos ramos (Assistência na Doença aos Militares do Exército, Assistência na Doença aos Militares da Armada e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea), num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da ADSE. Esta alteração, salvaguardando as especificidades da condição militar, contribui de forma decisiva para o anunciado objetivo de uniformização dos vários sistemas de saúde públicos, ao mesmo tempo que permite uma melhor racionalização dos meios humanos e materiais disponíveis.

Foram ouvidas as associações de militares, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto

O presente diploma estabelece o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) e procede à fusão dos subsistemas de Assistência na Doença aos Militares do Exército (ADME), Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA) e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea (ADMFA).

CAPÍTULO II

Beneficiários

Artigo 2.º

Aquisição, suspensão e perda da qualidade de beneficiário

- 1 - A aquisição da qualidade de beneficiário depende de prévia inscrição na ADM.
- 2 - A inscrição na ADM é obrigatória para as pessoas referidas no n.º 1 do artigo 4.º e facultativa para as pessoas referidas no n.º 2 do artigo 4.º, podendo estas últimas optar pelo regime de proteção social que lhes seja mais favorável.

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

3 - A inscrição faz-se mediante a entrega de boletim próprio junto dos serviços competentes do respetivo ramo das Forças Armadas, que assegura a confirmação dos dados dele constantes e a sua transmissão à ADM.

4 - A qualidade de beneficiário suspende-se:

- a) Nas situações de licença ilimitada, exceto quando resulte de doença e no caso previsto no n.º 4 do artigo 206.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- b) Nas situações de inatividade temporária, exceto quando resulte de doença;
- c) Quando ocorra separação do serviço.

5 - A qualidade de beneficiário perde-se quando deixem de se verificar os pressupostos da inscrição.

6 - Os ramos das Forças Armadas comunicam à ADM qualquer facto de que tenham conhecimento que determine a suspensão ou cessação da qualidade de beneficiário.

7 - A perda da qualidade de beneficiário pode ser verificada oficiosamente pela ADM.

Artigo 3.º

Categorias de beneficiários

Os beneficiários da ADM integram as seguintes categorias:

- a) Beneficiários titulares;
- b) Beneficiários familiares ou equiparados.

Artigo 4.º

Beneficiários titulares

1 - Devem inscrever-se como beneficiários titulares da ADM:

- a) Os militares dos quadros permanentes nas situações de ativo, de reserva e de reforma;
- b) Os militares em regime de contrato ou de voluntariado, nos termos estabelecidos para os militares dos quadros permanentes;
- c) Os alunos dos estabelecimentos de ensino militares que frequentem cursos de formação para ingresso nos quadros permanentes;
- d) O pessoal militarizado da Marinha e do Exército, nos termos estabelecidos para os militares dos quadros permanentes.

2 - Podem inscrever-se como beneficiários titulares da ADM:

- a) Os deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro;
- b) Os beneficiários de pensão de invalidez e os antigos militares não pertencentes aos quadros permanentes que tenham ficado diminuídos por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença adquirida ou agravada em serviço, ou por motivo do mesmo;

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

- c) Os grandes deficientes do serviço efetivo normal a que se refere o Decreto-Lei n.º 250/99, de 7 de julho;
- d) Os beneficiários da pensão de preço de sangue a que se referem as alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de novembro.

Artigo 5.º

Beneficiários familiares ou equiparados

- 1 - Podem inscrever-se como beneficiários familiares ou equiparados o cônjuge, os descendentes ou equiparados e os ascendentes ou equiparados a cargo do beneficiário titular, nos termos estabelecidos no regime da ADSE.
- 2 - Pode igualmente inscrever-se como beneficiário familiar a pessoa que vive com o beneficiário titular em união de facto, reconhecida nos termos da Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, ou que com ele vivia, à data da sua morte, nas mesmas condições, enquanto não contrair casamento ou constituir nova união de facto.
- 3 - Não pode inscrever-se como beneficiário familiar ou equiparado quem seja beneficiário titular de outro regime de proteção social.
- 4 - Os meios de prova exigidos para a inscrição na ADM dos beneficiários familiares ou equiparados são fixados mediante despacho do Ministro da Defesa Nacional¹.

Artigo 5.º-A

Beneficiários extraordinários

- 1 - Os funcionários e agentes, beneficiários titulares da ADSE, que sejam cônjuges ou vivam em união de facto com beneficiários titulares da ADM podem optar pela sua inscrição como beneficiários extraordinários da ADM.
- 2 - Os funcionários e agentes que exerçam o direito previsto no número anterior não podem reinscrever-se na ADSE, salvo em caso de:
 - a) Divórcio;
 - b) Separação judicial de pessoas e bens;
 - c) Dissolução da união de facto;
 - d) Perda ou suspensão da qualidade de beneficiário titular da ADM por parte do cônjuge ou da pessoa com a qual viva em união de facto.
- 3 - Nos casos previstos em qualquer das alíneas do número anterior, a reinscrição na ADSE é obrigatória para os funcionários e agentes inscritos até 31 de dezembro de 2005 e facultativa para os restantes.

¹ Portaria n.º 284/2007, de 12 de março (2.ª série) (cf. art.º 3.º, n.º 2 e Anexo II).

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

4 - Os beneficiários da ADSE com a qualidade de familiares ou equiparados dos funcionários e agentes que exerçam o direito de opção referido no n.º 1 passam a beneficiar do regime da ADM, aplicando-se o disposto no n.º 2.

5 - O regime aplicável aos beneficiários extraordinários da ADM é definido por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, das finanças e da Administração Pública².

(artigo aditado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro).

Artigo 6.º

Direitos dos beneficiários

1 - Os beneficiários têm direito à assistência na doença, nos termos previstos no capítulo seguinte.

2 - O exercício do direito aos benefícios previstos no presente diploma depende da exibição do cartão de beneficiário³.

3 - Tratando-se de recém-nascidos até aos 60 dias de vida, o direito referido no número anterior pode ser exercido mediante exibição do cartão de qualquer um dos seus progenitores, desde que a inscrição do recém-nascido tenha sido requerida à ADM.

Artigo 7.º

Deveres dos beneficiários

1 - Os beneficiários da ADM devem:

a) Utilizar os respetivos cartões de beneficiário estritamente para os fins, nas condições e nos termos previstos no presente diploma, bem como abster-se de permitir a sua utilização por terceiros tendo em vista a obtenção de vantagens a que não tenham direito;

b) Comunicar à ADM, no prazo de 30 dias após a sua verificação, quaisquer factos dos quais dependa a suspensão ou cessação da sua qualidade de beneficiário;

c) Apresentar à ADM os documentos solicitados para comprovação dos pressupostos da condição de beneficiário familiar ou equiparado;

d) Devolver à ADM o cartão de beneficiário nos 10 dias posteriores à verificação de facto do qual resulte a perda da qualidade de beneficiário;

e) Comunicar à ADM a ocorrência de factos geradores de responsabilidade civil de terceiros de que resultem despesas de saúde;

f) Cumprir o disposto neste diploma e nos regulamentos com ele conexos.

² Portaria n.º 1393/2007, de 25 de outubro (ver Declaração de Retificação n.º 115-A/2007, de 20 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 24 de dezembro).

³ Portaria n.º 331/2007, de 19 de março (2.ª série).

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

2 - Os beneficiários titulares devem ainda:

- a) Repor os valores indevidamente pagos pela ADM, ainda que em virtude de prestações efetuadas a beneficiários seus familiares ou equiparados, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil, disciplinar e criminal;
- b) Comunicar ao respetivo ramo das Forças Armadas, no prazo de 30 dias após a sua verificação, quaisquer factos dos quais dependa a suspensão da inscrição da sua qualidade de beneficiário e da dos seus familiares ou equiparados.

CAPÍTULO III

Assistência na doença

Artigo 8.º

Objeto e modalidades de assistência na doença

1 - Salvo o disposto no presente capítulo, o objeto e as modalidades de assistência na doença aos beneficiários da ADM, bem como os termos da sua prestação e do seu pagamento, são os previstos no regime da ADSE, com as necessárias adaptações.

2 - A assistência na doença aos beneficiários da ADM abrange o pagamento das despesas de saúde decorrentes de acidentes de serviço e doenças profissionais, nos termos a definir em portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças⁴.

3 - A assistência na doença aos militares colocados no estrangeiro e aos respetivos familiares é regulada em diploma próprio⁵.

Artigo 9.º

Entidades prestadoras

As prestações de cuidados de saúde abrangidas pelo presente diploma são efetuadas pelas seguintes entidades:

- a) Estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar;
- b) Estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde;
- c) Pessoas singulares ou coletivas com as quais tenham sido celebrados acordos, nos termos do artigo 11.º;
- d) Pessoas singulares ou coletivas da livre escolha dos beneficiários.

⁴ Portaria n.º 1034/2009, de 11 de setembro.

⁵ Portaria n.º 1395/2007, de 25 de outubro (ver Declaração de Retificação n.º 115-E/2007, de 20 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 24 de dezembro).

Artigo 10.º

Prestações de cuidados de saúde em estabelecimentos públicos

- 1 - As prestações efetuadas pelas entidades referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior são gratuitas para os beneficiários, sem prejuízo do pagamento de taxa moderadora que, no Serviço de Saúde Militar, é de valor idêntico ao praticado no Serviço Nacional de Saúde.
- 2 - O disposto na parte final do número anterior não é aplicável às prestações efetuadas a beneficiários titulares nos estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar.

Artigo 11.º

Acordos

- 1 - O Ministro da Defesa Nacional pode celebrar, ou autorizar⁶ que o órgão diretivo da entidade gestora celebre, acordos com pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde aos seus beneficiários.
- 2 - As condições da celebração de acordos e as respetivas cláusulas tipo são fixadas mediante portaria conjunta do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro das Finanças⁷.

Artigo 12.º

Comparticipações e encargos

- 1 - A participação no pagamento das prestações efetuadas efetiva-se mediante reembolso ao beneficiário ou, quando tal esteja estabelecido em acordo ou convenção, mediante pagamento direto à entidade prestadora.
- 2 - Na situação referida na alínea c) do artigo 9.º, o montante a suportar pelo beneficiário é determinado, tendo em conta o tipo de ato médico praticado, por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças.
- 3 - A participação concedida aos beneficiários, no caso referido na alínea d) do artigo 9.º, é a que resultar da aplicação das regras definidas para o regime livre na ADSE.
- 4 - A participação concedida aos beneficiários na assistência medicamentosa e na aquisição de meios de correção e compensação é a que resultar da aplicação das regras e tabelas definidas para a participação correspondente na ADSE.
- 5 - Os beneficiários assumem os encargos relativos às taxas moderadoras, quando houver lugar a tal, e a diferença dos custos no caso de opção por internamento em quarto particular.

⁶ Despacho n.º 21059/2008, de 12 de agosto, do Ministro da Defesa Nacional.

⁷ Portaria n.º 1396/2007, de 25 de outubro (ver Declaração de Retificação n.º 115-D/2007, de 20 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 24 de dezembro).

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

6 - O pagamento da despesa, para além dos escalões de comparticipação estabelecidos, é da responsabilidade do beneficiário.

7 - As regras referidas nos n.os 3 e 4 incluem as eventuais disposições sobre limites à quantidade e valor de atos médicos ou aquisição de medicamentos e meios de correção e compensação comparticipáveis.

CAPÍTULO IV

Financiamento e responsabilidade pelo pagamento

Artigo 13.º

Descontos obrigatórios

1 - A remuneração base dos beneficiários titulares, no ativo, na reserva ou na pré-aposentação, e dos beneficiários extraordinários fica sujeita ao desconto de 2,50%.

2 - As pensões de aposentação e reforma dos beneficiários titulares e extraordinários, quando o seu montante for igual ou superior ao valor correspondente a uma vez e meia a retribuição mínima mensal garantida, ficam imediatamente sujeitas ao desconto de 2,50%.

3 - Quando da aplicação da percentagem prevista no número anterior resultar pensão de valor inferior à retribuição mínima mensal garantida, esta fica isenta de desconto.

4 - Os descontos referidos nos n.ºs 1 e 2 constituem receita do IASFA.

5 - O suplemento de condição militar integra o conceito de remuneração base a que se refere o n.º 1.

(Artigo alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro (com as alterações introduzidas pela Lei 3-B/2010, de 28 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março) e pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho.

Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º deste último diploma, as percentagens previstas nos números 1 e 2 do presente artigo são, até 31 de dezembro de 2013, de 2,25%.

Artigo 14.º

Responsabilidade pelo pagamento

1 - São responsáveis pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde previstas no presente diploma:

a) A ADM;

b) Os beneficiários.

2 - O disposto no número anterior não se aplica quando a despesa resulte de facto gerador de responsabilidade civil imputável a terceiro.

3 - A ADM assegura ao lesado, a título provisório, o pagamento das despesas referidas no número anterior, sempre que se trate de facto ocorrido durante o exercício de funções.

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

4 - No caso previsto no número anterior, assiste à ADM o direito de regresso contra os terceiros responsáveis.

5 - O responsável pelo pagamento das prestações de cuidados de saúde em virtude de factos dos quais decorra responsabilidade civil de terceiro goza de direito de regresso contra este.

6 - Quando haja lugar ao pagamento direto pela ADM à entidade prestadora de cuidados de saúde, a parte que exceder os valores dos acordos é paga diretamente pelo beneficiário à entidade em causa.

7 - Se a falta da comunicação referida na alínea e) do n.º 1 do artigo 7.º tornar inviável o exercício do direito de regresso da ADM perante o terceiro responsável, cessa o direito do beneficiário ao reembolso das despesas em causa.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 15.º

Entidade gestora

A gestão da ADM incumbe ao IASFA, em termos a definir em diploma próprio⁸.

Artigo 16.º

Subsistemas de saúde extintos

1 - São extintas a ADME, a ADMA e a ADMFA.

2 - No prazo de dois meses, os serviços da ADME, da ADMA e da ADMFA transmitem oficiosamente à entidade gestora da ADM os dados relativos aos respetivos beneficiários que sejam necessários para a sua inscrição na ADM.

Artigo 17.º

Regulamentação

A regulamentação necessária à boa execução do presente decreto-lei é feita, consoante a matéria:

a) Por portaria do Ministro da Defesa Nacional, nos casos especificamente referidos no presente decreto-lei e naqueles em que estejam em causa matérias respeitantes à organização interna da ADM;

b) Por portaria conjunta do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro da Finanças, nos restantes casos⁹.

⁸ Portaria n.º 284/2007, de 12 de março (Diário da República, 2.ª série) – Regulamenta a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) e Portaria n.º 1271/2009, de 19 de outubro (Estatutos do IASFA, I.P.).

Artigo 18.º

Regime transitório

1 - São inscritos como beneficiários titulares da ADM os beneficiários titulares da ADME, da ADMA e da ADMFA, independentemente de requerimento.

2 - Os beneficiários familiares ou equiparados da ADME, da ADMA e da ADMFA que pretendam adquirir a qualidade de beneficiários familiares ou equiparados da ADM devem proceder à respetiva inscrição.

3 - Têm direito à inscrição como beneficiários familiares ou equiparados da ADM os beneficiários familiares ou equiparados inscritos nos subsistemas da ADME, da ADMA e da ADMFA que, à data da entrada em vigor do presente diploma, reúnam uma das seguintes condições:

a) Tenham mais de 65 anos;

b) Sofram de doença crónica que, nos termos da lei, confira direito a isenção do pagamento de taxas moderadoras;

c) Se encontrem em situação de incapacidade permanente.

4 - Os acordos vigentes no âmbito da ADME, da ADMA e da ADMFA mantêm-se em vigor, devendo ser confirmados ou renegociados no prazo de um ano a partir da entrada em vigor da portaria referida no n.º 2 do artigo 11.º, sob pena de caducidade.

5 - Não é permitida a celebração de novos acordos ao abrigo dos regimes da ADME, da ADMA e da ADMFA.

6 - Até à entrada em vigor da portaria referida no n.º 2 do artigo 12.º e no n.º 2 do artigo 8.º mantêm-se em vigor os regimes vigentes na ADME, na ADMA e na ADMFA à data de entrada em vigor do presente diploma.

7 - Os cartões de beneficiário da ADME, da ADMA e da ADMFA podem ser utilizados pelos beneficiários da ADM até à emissão do respetivo cartão.

8 – *(Revogado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro).*

Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

(Alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, e pelo *Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho*)

Artigo 19.º

Avaliação da gestão

O Ministério das Finanças e da Administração Pública procede à avaliação anual dos resultados de gestão da ADM e à sua comparação com os resultados da ADSE.

Artigo 20.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 585/73, de 6 de novembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 434-A1/82, de 29 de outubro;
- c) A Portaria n.º 67/75, de 4 de fevereiro;
- d) A Portaria n.º 594/75, de 9 de outubro;
- e) A Portaria n.º 1119/81, de 31 de dezembro;
- f) A Portaria n.º 661/82, de 2 de julho;
- g) A Portaria n.º 883/84, de 4 de dezembro;
- h) O despacho n.º 8232/SEDN/2001, de 6 de abril;
- i) A Portaria n.º 182/2005, de 15 de fevereiro;
- j) O despacho n.º 115/MDN/92, de 20 de outubro.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o presente diploma entra em vigor em 1 de janeiro de 2006.

2 - Entra em vigor no dia seguinte ao da publicação do presente decreto-lei o n.º 5 do artigo 18.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de agosto de 2005. - José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa - Fernando Teixeira dos Santos - Luís Filipe Marques Amado - António Fernando Correia de Campos.

Promulgado em 20 de setembro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 20 de setembro de 2005.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.